NATHÁLIA DE MORAIS COSCRATO

**A aplicação de garantias penais às medidas de segurança no contexto da reforma
psiquiátrica brasileira**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Prof. Dr. Roberto Augusto de Carvalho Campos

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

NATHÁLIA DE MORAIS COSCRATO

**A aplicação de garantias penais às medidas de segurança no contexto da reforma
psiquiátrica brasileira**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia, sob orientação do Prof. Dr. Roberto Augusto de Carvalho Campos.

VERSÃO FINAL

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo - SP

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Coscrato, Nathália de Moraes

A aplicação de garantias penais às medidas de segurança no contexto da reforma psiquiátrica brasileira / Nathália de Moraes Coscrato ; orientador Roberto Augusto de Carvalho Campos -- São Paulo, 2018.
223 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Medida de Segurança. 2. Garantias. 3. Reforma Psiquiátrica. 4. Racionalidade Penal Moderna. I. Campos, Roberto Augusto de Carvalho, orient. II. Título.

Nome: COSCRATO, Nathália de Moraes

Título: A aplicação de garantias penais às medidas de segurança no contexto da reforma psiquiátrica brasileira

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Direito.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. :

Instituição:.....

Julgamento:.....

Prof. Dr. :

Instituição:.....

Julgamento:.....

Prof. Dr.:

Instituição:.....

Julgamento:.....

Prof. Dr. :.....

Instituição:.....

Julgamento:.....

À minha mãe, Valéria. Ao meu pai, César. Aos meus avós, Elza, Henrique (*in memoriam*), Maria Conceição, Devanil. À minha irmã, Letícia. À Tauana.

AGRADECIMENTOS

Meus pais sempre me ensinaram, desde pequena, a agradecer a Deus por cada graça, cada conquista. Desde então, minhas concepções de Deus mudaram muito. Independente disso, fica em mim, diante do término desse mestrado, um sentimento enorme gratidão a ele (ou a ela, porque não acho que Deus tem gênero, mas isso não vem ao caso!) por ter me permitido trilhar esse caminho, pelas pessoas que conheci, pela força nos momentos mais difíceis.

Um sentimento de gratidão também aos meus pais por todo o apoio material e emocional, indispensáveis para a realização desse trabalho.

Um agradecimento especial ao meu orientador, pela paciência e pela confiança. À professora Maíra Machado e ao Professor Alvino, pelas contribuições na fase da qualificação desse trabalho. Aos amigos Carolina Aguiar, Conrado Cintrão, Livia Faneco, Davi Failde, Rafael Faber, Gustavo Marin, Nathália Regina pela ajuda dada ainda quando eu estava no processo de seleção da Pós-Graduação da Faculdade de Direito.

Ao Professor Víctor Gabriel Rodriguez, pela generosidade com que me auxiliou ainda no processo de seleção. À Professora Ana Gabriela Mendes Braga, pela singular empatia que demonstrou em um momento especialmente delicado da minha vida, que fora a vinda para São Paulo. À professora Mariana Raupp, pela excepcional generosidade com que me ajudou a dar os primeiros passos nesse caminho novo que era a teoria da racionalidade penal moderna.

À professora Sônia Barros e à doutoranda Jussara Santos, da Escola de Enfermagem, pelo precioso auxílio que me deram na compreensão da reforma psiquiátrica. Aos Professores Julio Groppa Aquino e Marcos César Alvarez, pela generosidade e pelos conselhos dados.

À Edna, à Flavinha, à Cecília, à irmã Francisca, à irmã Penha, por terem feito do residencial onde me instalei em São Paulo um lar !

À Bruna, ao Lucas e à Viviane, por terem, com suas amigas, deixado São Paulo um lugar menos hostil para mim ! E também à Tauana, que mesmo distante se fazia presente!

A vocês, minha gratidão!

*“O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquentada e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem”.*

Guimarães Rosa

RESUMO

Nesta dissertação, objetivamos analisar e problematizar, por meio da teoria da racionalidade penal moderna, um fenômeno que vem ocorrendo dentro do direito criminal referente à uma mudança de compreensão, intensificada particularmente no contexto da reforma psiquiátrica brasileira, do Sistema de Direito Criminal com relação à necessidade de aplicação de algumas garantias penais e processuais penais às medidas de segurança. Tínhamos duas hipóteses iniciais. A primeira é a de que a aplicação de garantias penais e processuais penais às medidas de segurança tem sido feita mobilizando um recurso cognitivo (a racionalidade penal moderna) que acaba reforçando um conceito de punição essencialmente hostil. A segunda hipótese é a de que os novos entendimentos em saúde mental e o fortalecimento institucional da reforma psiquiátrica brasileira produzem ressonâncias no Sistema de Direito Criminal e dentre essas ressonâncias está o entendimento que visa assegurar ao indivíduo com transtorno mental autor de um delito as mesmas garantias que regem a aplicação e execução das penas dos indivíduos considerados penalmente responsáveis. A pesquisa foi feita por meio de uma revisão bibliográfica e de uma pesquisa empírica documental realizada por meio da coleta de acórdãos do STF. Constatamos, ao final, que argumentos ligados à racionalidade penal moderna possuem para a literatura jurídica e para o STF um papel importante na aplicação de garantias penais e processuais penais às medidas de segurança e que juristas que estão atentos à reforma psiquiátrica defendem a ampla aplicação de garantias penais e processuais penais ao indivíduo portador de transtorno mental autor de um delito. Verificamos, ainda, com a pesquisa empírica, que algumas garantias foram aplicadas pelo STF às medidas de segurança antes da emergência da reforma psiquiátrica brasileira, o que nos obriga a ter a cautela de não associar automaticamente a aplicação de garantias penais às medidas de segurança aos novos entendimentos em saúde mental.

Palavras-chave: Medida de Segurança. Garantias. Reforma Psiquiátrica. Racionalidade Penal Moderna.

ABSTRACT

In this dissertation, we aim to analyze and problematize, through the theory of modern criminal rationality, a phenomenon that has been occurring within the criminal law concerning a change of understanding, intensified particularly in the context of the Brazilian psychiatric reform, of the Criminal Law System in relation to The need to apply certain criminal and criminal procedural safeguards to security measures. We had two initial hypotheses. The first is that the application of criminal and criminal procedural safeguards to security measures has been done by mobilizing a cognitive resource (modern penal rationality) that reinforces an essentially hostile concept of punishment. The second hypothesis is that the new understandings in mental health and the institutional strengthening of the Brazilian psychiatric reform produce resonances in the Criminal Law System and among these resonances is the understanding that aims to assure to the individual with mental disorder author of a crime the same guarantees that govern the application and execution of the sentences of the individuals considered criminally responsible. The research was done through a bibliographical review and an empirical documentary research accomplished through the collection of STF judgments. In the end, we find that arguments related to modern criminal rationality have an important role for the legal literature and for the Supreme Court in the application of criminal and criminal procedural safeguards to security measures and that jurists who are attentive to the psychiatric reform defend the wide application of criminal and criminal procedural safeguards to the individual with mental disorder who committed a crime. We also verified with the empirical research that some guarantees were applied by the STF to the security measures before the emergency of the Brazilian psychiatric reform, which forces us to be careful not to automatically associate the application of criminal guarantees to the security measures to the new understandings in mental health.

Keywords: Security Measures. Safeguards. Psychiatric Reform. Modern Criminal Rationality.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	17
2. Direito penal e a teoria da racionalidade penal moderna.....	22
2.1 As duas faces do Direito Penal: garantismo jurídico e a racionalidade penal moderna.....	22
2.2 A teoria da racionalidade penal moderna	24
2.3 A racionalidade penal moderna : composição.....	29
3. O instituto medida de segurança: emergência e consagração.....	34
3.1 Contexto histórico.....	34
3.2 O surgimento do manicômio judiciário: fundamentações teóricas.....	38
3.3 O conflito entre as Escolas Penais	42
3.4 A consagração do instituto.....	49
4. O instituto das medidas de segurança: conceituações.....	51
4.1 Definições da doutrina.....	51
4.2 As finalidades atribuídas ao instituto.....	54
4.3 Natureza jurídica: as divergências doutrinárias	58
5. Medida de segurança e pena.....	65
5.1 As concepções unitária e dualista.....	65
5.1.1 Aproximação das penas às medidas de segurança.....	71
5.1.2 Aproximação das medidas de segurança às penas.....	72
5.2 A consagração do dualismo e seus sistemas de aplicação.....	73
6. Medida de segurança e o ordenamento jurídico brasileiro	76
6.1 Legislação da década de 1940	77
6.2 Legislação de 1984: reforma do Código Penal e Lei de Execução Penal.....	86
6.2.1 Apontamentos sobre o contexto histórico.....	87
6.2.2 O instituto das medidas de segurança na nova legislação.....	90
6.3 Lei de 2001: a Lei da Reforma Psiquiátrica.....	95
7. Medida de segurança e garantias penais : os apontamentos da doutrina.....	100
7.1 A não aplicação de algumas garantias penais às medidas de segurança – justificativas.....	100

7.2	As defesas teóricas pela aplicação de garantias penais às medidas de segurança	103
7.3	Apontamentos teóricos críticos quanto ao novo tratamento dado às medidas de segurança.....	115
7.4	As defesas teóricas por um tratamento <i>amplamente</i> isonômico ao portador de transtorno mental.....	118
8.	O contexto: os novos entendimentos em saúde mental	122
8.1	A reforma psiquiátrica.....	122
8.2	Os novos entendimentos em saúde mental e organizações internacionais.....	128
8.3	O fortalecimento institucional da reforma psiquiátrica brasileira.....	133
9.	Os novos entendimentos em saúde mental e o Direito Penal.....	139
9.1	Direito penal em xeque.....	139
9.2	A Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216) e seus impactos na Execução Penal.....	144
9.3	Os pioneiros programas de atenção ao paciente judiciário: PAI-PJ e PAILL.....	148
9.4	O impasse: “Há que melhorar o direito penal ou, antes, substituir o direito penal por algo melhor ?”	151
10.	A pesquisa empírica – aspectos metodológicos	155
10.1	O Sistema de Direito Criminal como um sistema autopoiético.....	156
10.2	Uma observação de segunda ordem.....	160
10.3	Aspectos metodológicos específicos	163
11.	A pesquisa empírica – resultados.....	171
11.1	A ilegalidade de aplicação ou modificação da medida de segurança pelo Tribunal de ofício quando houve apenas apelação do réu.....	171
11.2	A inconstitucionalidade da indeterminação temporal das medidas de segurança.....	184
12.	Considerações finais.....	192
	Referências bibliográficas.....	197
	ANEXO 1.....	211
	ANEXO 2.....	212
	ANEXO 3.....	215

1. Introdução

Previsto na legislação penal, aplicado pela mesma autoridade do Judiciário que aplica as penas, com execução regulada pela Lei de Execução Penal, sendo responsável por sua execução o (a) juiz (a) da execução penal, tendo como estabelecimento para sua execução o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (que é considerado pela LEP um estabelecimento penal), o instituto das medidas de segurança possui uma natureza ambígua e controversa, sendo ora concebido como tratamento, ora como sanção, e ainda quando concebido como sanção, marcante a controvérsia se seria uma sanção penal ou administrativa.

Afirmamos que sua natureza é ambígua no sentido exposto pelos pesquisadores Cláudia Rosa Roesler e Leonardo Almeida Lage de que a medida de segurança é “um instituto que reúne, ao mesmo tempo, os traços definidores de uma sanção penal e de um tratamento médico” (2013, p.104). Nesse mesmo sentido, a psicanalista Fernanda Otoni de Barros-Brisset, uma das idealizadoras do Programa de Atenção integral ao Paciente Judiciário, considerado uma referência nacional e internacional na execução das medidas de segurança em conformidade com a reforma psiquiátrica, salienta que:

“em torno do louco infrator, coadunam os discursos jurídico, clínico e social, de tal sorte que, ao alinhar, em um mesmo campo, referências epistemologicamente tão diversas, precisamos estar atentos ao fato de que não existe solução simples para o problema, pois o tema do louco infrator se constitui estruturalmente como um campo de natureza complexa” (2010, p.11).

É o discurso jurídico-penal acerca do tratamento jurídico direcionado às pessoas com transtorno mental (ou que, explica-se, assim são classificadas pela psiquiatria) que realizaram fatos previstos como crime que particularmente nos interessa no seio desse trabalho. Os discursos propriamente da área da saúde mental possuem um papel secundário nesse trabalho, não buscaremos analisá-los criticamente, tal como objetivamos fazer com o discurso jurídico, mas eles serão concebidos como integrantes do contexto do nosso objeto de pesquisa.

Nesse trabalho objetivamos, pois, analisar e problematizar um fenômeno que vem ocorrendo dentro do direito criminal referente à uma mudança de compreensão, intensificada particularmente no contexto da reforma psiquiátrica brasileira, do Sistema de

Direito Criminal com relação à necessidade de aplicação de algumas garantias penais e processuais penais às medidas de segurança.

Essa mudança de orientação não é um fenômeno exclusivo da Justiça brasileira. No Brasil ela passa a se acentuar particularmente nas duas últimas décadas, podendo ser verificada na jurisprudência dos Tribunais, que passaram a aplicar algumas garantias antes não asseguradas às medidas de segurança (mas tão somente às penas), e na literatura jurídica especializada, que tem passado a defender a aplicação dessas garantias.

Utilizaremos como marco teórico para a análise do nosso objeto de pesquisa a teoria da racionalidade penal moderna. Temos, pois, duas hipóteses de partida. A primeira é que a aplicação de garantias penais e processuais penais às medidas de segurança tem sido feita mobilizando um recurso cognitivo (a racionalidade penal moderna) que acaba reforçando um conceito de punição essencialmente hostil.

A segunda hipótese, por sua vez, é a de que os novos entendimentos em saúde mental e o fortalecimento institucional da reforma psiquiátrica brasileira produzem ressonâncias no Sistema de Direito Criminal e dentre essas ressonâncias está o entendimento que visa assegurar ao indivíduo com transtorno mental autor de um delito, e, portanto, sujeito a uma medida de segurança, as mesmas garantias que regem a aplicação e execução das penas dos indivíduos considerados imputáveis.

No primeiro capítulo desse trabalho discorreremos, pois, sobre a teoria da racionalidade penal moderna. Iniciaremos o capítulo buscando problematizar a relação entre o garantismo jurídico e o conjunto de ideias que formam a racionalidade penal moderna. Passaremos, no segundo momento, a tratar particularmente da teoria, de suas principais características, da problemática que presidiu a sua elaboração, de suas partes constitutivas, realçando ser ela uma teoria da evolução do direito penal que dessubstancializa o conceito de punição e de pena. Na última parte, discorreremos, ainda, sobre as teorias modernas da pena enquanto constitutivas da racionalidade penal moderna.

No segundo capítulo, valendo do pensamento de Michel Foucault, buscaremos, no primeiro momento, apresentar, ainda que brevemente, as condições de possibilidade históricas que possibilitaram a emergência dos saberes criminológicos e psiquiátricos que, por sua vez, deram embasamento teórico para o surgimento do instituto das medidas de segurança. Ainda no primeiro tópico desse capítulo, apontaremos, por meio de análises

feitas pela historiadora Lilia Moritz Schwarcz e pela criminóloga venezuelana Rosa Del Olmo, que a criminologia no Brasil teve inicialmente um enfoque racial na explicação da criminalidade. No segundo tópico apresentaremos as teorizações que possibilitaram o surgimento de uma instituição com características de prisão e hospício, o manicômio judiciário. No terceiro tópico buscaremos introduzir as construções teóricas que fundamentaram a criação do instituto das medidas de segurança. No quarto tópico, por sua vez, discorreremos sobre a consagração do instituto por meio de congressos internacionais e de sua previsão nas legislações de vários países do Ocidente no século XX.

No terceiro capítulo apresentaremos as diferentes conceituações dadas pela literatura especializada jurídica sobre o instituto das medidas de segurança, enfocando nas finalidades atribuídas ao instituto e nas discussões acerca de sua natureza jurídica.

No quarto capítulo buscaremos expor, no primeiro tópico, as considerações e principais discussões da literatura jurídica, principalmente da brasileira, acerca da relação entre o instituto das medidas de segurança e o tradicional instituto das penas, realçando as teorizações que indicam estar havendo uma aproximação das penas às medidas de segurança e uma aproximação das medidas de segurança às penas. E no segundo tópico objetivamos apresentar as principais formas de regulamentação das medidas de segurança nas legislações, que são, segundo o jurista espanhol Agustín Jorge Barreiro, o dualismo rígido, o dualismo flexível e o dualismo tendencialmente monista. O dualismo tendencialmente monista, como veremos, refere-se justamente a aplicação de certas garantias às medidas de segurança anteriormente apenas aplicadas às penas.

No quinto capítulo discorreremos sobre as peculiaridades do regramento do instituto das medidas de segurança na legislação brasileira, o que será feito com enfoque desde o Código Penal de 1940, que introduziu o instituto no ordenamento jurídico brasileiro, até a promulgação da Lei da Reforma Psiquiátrica em 2001, momento esse em que destacaremos as defesas da literatura especializada no sentido de que essa lei teria alterado o tratamento jurídico a ser dado aos indivíduos com transtorno mental que violaram a lei penal.

No sexto capítulo buscaremos trazer à tona as principais discussões emergidas no seio da literatura jurídica acerca da necessidade ou não da aplicação de garantias às medidas de segurança. Objetivaremos, então, identificar os principais argumentos mobilizados pela doutrina para defender a aplicação dessas garantias ou para refutá-la.

No sétimo capítulo trataremos, no primeiro tópico, dos novos entendimentos em saúde mental advindos com as variadas experiências de reformas psiquiátricas que vêm ocorrendo em diversos países do mundo. No segundo momento teremos como enfoque as repercussões desses novos entendimentos em organizações internacionais, como a Organização Mundial de Saúde, a Organização Pan-Americana de Saúde e a ONU. Faremos também alguns apontamentos sobre Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que fora baseada na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Ainda, no último tópico desse capítulo, buscaremos trazer dados sobre a história do processo da reforma psiquiátrica brasileira e de seu fortalecimento institucional.

No oitavo capítulo trataremos dos principais reflexos gerados pela reforma psiquiátrica no direito penal e na execução penal, reflexos esses ocorridos tanto em termos de questionamentos gerados como em mudanças de práticas. Nesse capítulo será também analisada uma demanda que vem surgindo em defesa da exclusão da responsabilização dos indivíduos com transtorno mental do direito penal.

No nono e no décimo capítulos trataremos da pesquisa empírica realizada a partir da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pesquisa essa por meio da qual buscamos, através de uma observação de segunda ordem (técnica essa que será explicada no capítulo) e por meio das “lentes” proporcionadas pela teoria da racionalidade penal moderna, identificar, analisar e problematizar o modo como Sistema de Direito Criminal observa a relação entre o instituto das medidas de segurança e as garantias penais e processuais penais.

No capítulo nono, detalharemos, no primeiro tópico, a concepção de direito criminal adotada no seio da teoria da racionalidade penal moderna que é a de um sistema autopoietico caracterizado por fechamento operacional e abertura cognitiva. No segundo tópico apresentaremos a técnica consistente em uma “observação de segunda ordem”. E no terceiro tópico trataremos dos aspectos metodológicos específicos, como os critérios utilizados para selecionar as decisões, o limite temporal, etc.

No último capítulo apresentaremos os resultados da pesquisa empírica realizada. Ele será dividido em duas partes, a primeira trata dos acórdãos em que fora posta em pauta a ilegalidade de aplicação ou modificação da medida de segurança pelo Tribunal de ofício quando houvesse apenas apelação do réu e a segunda parte consiste na análise do acórdão

que representa um ponto de virada do posicionamento do STF acerca da inconstitucionalidade da indeterminação temporal das medidas de segurança.

Esse trabalho, realçando, pois, as particularidades desse instituto ambíguo que fazem com que ele se localize em uma zona fronteira entre o direito criminal e a psiquiatria, buscará, por meio da teoria da racionalidade penal moderna, analisar e problematizar esse fenômeno por meio do qual algumas garantias antes apenas previstas para as penas passaram a ser asseguradas, pela doutrina e pelos tribunais, às medidas de segurança.

12. Considerações finais

Constatamos por esse trabalho que se na segunda metade do século XIX emergiram teorias (com destaque para Antropologia Criminal de Lombroso e a teoria da degeneração de Morel) que embasaram o surgimento de uma instituição com um misto de características de presídio e de hospício, qual seja, o manicômio judiciário, na segunda metade do século XX emergiram, por sua vez, movimentos de reformas psiquiátricas e inclusive de ruptura com o saber tradicional da psiquiatria que vêm promovendo a desconstrução de práticas e de mentalidades sobre a assistência em saúde mental. Uma das críticas ascendidas nesse contexto, com particular relevância no seio da reforma psiquiátrica brasileira, é a crítica direcionada ao tratamento em saúde mental focado na segregação do indivíduo por meio de sua internação: o tratamento, defende-se, deve ser feito prioritariamente em meio aberto, buscando a promoção da cidadania no indivíduo.

O reconhecimento da cidadania dos indivíduos com transtorno mental é, aliás, uma das principais bandeiras da reforma psiquiátrica brasileira. No seio da reforma, tanto a Escola Penal Clássica como a Escola Penal Positiva italiana não ficaram imunes a críticas no que toca ao tratamento jurídico-penal direcionado aos indivíduos com transtorno mental (tendo, pois, sido alvo de críticas, igualmente, a categoria da inimputabilidade e a da periculosidade).

Vimos também que os novos entendimentos em saúde mental passaram a ser temática de organizações internacionais. Com destaque, no âmbito da América Latina, para a Declaração de Caracas, produzida em 1990; para os “Princípios para a Proteção de Pessoas Acometidas de Transtorno Mental e a Melhoria da Assistência à Saúde Mental”, aprovados pela ONU em 1991 e para a “Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência” aprovada pela ONU em 2006.

Constatamos também que a ONU, por meio do Comitê dos Direitos das Pessoas com Deficiência, órgão que tem como uma de suas responsabilidades a uniformização da interpretação da Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência”, adotou em dezembro de 2015 uma diretriz (*guideline*) em que defendia a abolição do instituto das medidas de segurança e expunha sua preocupação quanto às situações em que elas

“envolvem indefinida privação da liberdade e ausência de garantias regulares do sistema de justiça criminal” (tradução nossa) (2015, documento não paginado) .

Verificamos também que a reforma psiquiátrica brasileira emergiu no processo de redemocratização do Brasil, tendo se tornado uma referência mundial pela construção de uma rede comunitária de atendimento. Não deixamos, todavia, de constatar que há atualmente um risco de retrocessos na política de saúde mental do governo federal. Identificamos também que as Conferências Nacionais em Saúde Mental desde 1987, ano de sua primeira realização, tece críticas às premissas nas quais se funda o instituto das medidas de segurança, a inimputabilidade e a presunção de periculosidade do indivíduo com transtorno mental.

Identificamos também que juristas mais atentos com os questionamentos gerados pela reforma psiquiátrica como Paulo de Queiroz, Virgílio de Mattos, Salo de Carvalho e Mariana de Assis Brasil e Weigert defendem propostas mais ousadas quanto a alterações no tratamento jurídico penal dado aos indivíduos com transtornos mentais que cometeram fatos previstos como crime, propostas essas que visam a um tratamento amplamente isonômico em que todas as garantias penais e processuais penais passariam a ser asseguradas.

Relevante então destacar que as verificações acima identificadas foram ao encontro de uma das hipóteses de partida de nossa pesquisa que era a de que os novos entendimentos em saúde mental e o fortalecimento institucional da reforma psiquiátrica brasileira produzem ressonâncias no Sistema de Direito Criminal e dentre essas ressonâncias estava o entendimento que visa assegurar ao indivíduo com transtorno mental autor de um delito as mesmas garantias que regem a aplicação e execução das penas dos indivíduos considerados imputáveis.

Vimos também, nesse trabalho, que desde o surgimento do instituto das medidas de segurança existe uma grande controvérsia na literatura jurídica especializada acerca da natureza jurídica do instituto. Para os juristas defensores de um Direito Penal concebido nos moldes clássicos, ou seja, em um direito baseado no livre-arbítrio dos indivíduos, na culpabilidade, na pena com objetivo de retribuição ou dissuasão, as medidas de segurança não poderiam ser consideradas sanções penais. Já para os juristas que melhor dialogavam com a Escola Penal Positiva, não haveria grandes óbices para conceber o instituto como tendo natureza penal: a própria pena, inclusive, deveria passar por alterações.

Identificamos também que desde a consagração do instituto das medidas de segurança nos ordenamentos jurídicos dos países do Ocidente, é possível verificar que tanto a pena concebida nos moldes clássicos fora cedendo espaço e perdendo rigor em prol da adoção de certas características que eram consideradas como próprias do instituto medidas de segurança como também este fora adquirindo características que eram tradicionais da pena, nesse último sentido, sintetiza a jurista portuguesa Maria João Antunes:

“inadmissibilidade das medidas de segurança pré-delituais, o princípio da proporcionalidade, a fixação de prazo máximo de duração das medidas de segurança, o princípio da proibição da retroactividade em matéria de aplicação da lei penal no tempo e, ainda, quando se defende uma certa identidade entre penas e medidas de segurança ao nível das finalidades de umas e de outras. Uma aproximação notória à pena, quando se estende o conteúdo do princípio da proporcionalidade à gravidade do facto, não o limitando antes à perigosidade do agente e ao significado do facto para o juízo sobre perigosidade; quando se determina o prazo máximo de duração da medida de segurança por referência à pena privativa de liberdade que teria sido aplicada caso o agente tivesse sido declarado imputável; quando se leva a extensão do princípio da legalidade às medidas de segurança, ao ponto de se propugnar que é aplicável a lei vigente no momento da prática do facto praticado pelo agente inimputável em razão de anomalia psíquica, com total desconsideração do pressuposto da perigosidade criminal; quando se defende que também a medida de segurança de internamento persegue, de forma autónoma, uma finalidade preventivo-geral positiva e de integração” (2002, pp.353 e 354).

Ainda no contexto de uma aproximação das medidas de segurança às penas cumpre também destacar que jurista Eduardo Reale Ferrari, cujo trabalho de doutorado é uma referência sobre o instituto das medidas de segurança no Brasil, ressalta que o instituto, tal como as penas, também possui uma finalidade preventivo-geral positiva de reafirmação do ordenamento jurídico violado. Trata-se, pois, como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, de uma das teorias da pena que integram a racionalidade penal moderna e que, assim, corroboram para a manutenção de um conceito de punição essencialmente hostil.

Não olvidamos, todavia, a ponderação que a criminóloga Mariana Raupp faz sobre a teoria da reabilitação não configurar uma teoria da pena no caso das medidas de segurança aplicadas aos indivíduos inimputáveis porque estes estariam fora do programa do direito penal. Ressalvamos, todavia, que no contexto dos novos entendimentos da reforma psiquiátrica, vem surgindo, o que fora constatado por esta pesquisa, demandas

para uma total inserção dos indivíduos com transtornos mentais no programa de direito criminal.

Identificamos também que essa demanda por ampla aplicação de garantias penais e processuais penais às medidas de segurança não é um fenômeno exclusivo do Brasil. Algumas expressões são utilizadas para se referir a esse fenômeno, como “eticização das medidas de segurança” e dualismo tendencialmente monista.

Verificamos também que, em termos de garantias asseguradas na aplicação das medidas de segurança, a reforma do Código Penal de 1984 apresentou avanços, como a extinção da possibilidade de aplicação de medidas de segurança a quase-crimes (tornando-se, portanto, condição necessária para a aplicação do instituto a prática de um ilícito-típico), a não repetição do art. 75 do Código Penal de 1940, segundo o qual as medidas de segurança deveriam ser regidas “pela lei vigente ao tempo da sentença, entretanto, se diversa, a lei vigente ao tempo da execução”, a não repetição do art. 80 do código anterior que , previa a aplicação provisória de medidas de segurança. A Lei de Execução Penal, em seu art. 171, inclusive estipulou ser necessária, para a execução da medida de segurança, uma guia de internamente ou de tratamento ambulatorial, que seria expedida após o trânsito em julgado da sentença. Diante dessas alterações, alguns juristas defenderam que o CP de 1984 reforçou ou reconheceu a natureza penal das medidas de segurança.

Identificamos também que no cerne das teorizações que negavam a aplicação de algumas garantias penais às medidas de segurança estava a ideia de que não poderíamos exigir que o Estado regulasse a aplicação das medidas de segurança da mesma forma que regula a pena por serem institutos diferentes, com fundamentos diferentes (a periculosidade em um, a culpabilidade no outro) e finalidades distintas. Não deveríamos, segundo esse raciocínio, observar as medidas de segurança como se fossem penas.

Por sua vez, com relação às teorizações que defendem a aplicação de garantias que não estavam, ao menos explicitamente, previstas no regramento das medidas de segurança, identificamos ser uma característica comum a mobilização de argumentos que reforçam a racionalidade penal moderna. Essas teorizações, para defenderem a aplicação dessas garantias às medidas de segurança enfatizam ser o instituto uma sanção penal. Ocorre, no entanto, que para concebê-lo como sanção penal os juristas comumente têm utilizado como referência um conceito de sanção penal essencialmente negativo, caracterizado pela privação da liberdade, pelo caráter aflitivo, pela restrição de direitos fundamentais.

Nesse sentido, essas teorizações vão ao encontro de uma hipótese que tínhamos que é a de que a aplicação de garantias penais e processuais penais às medidas de segurança tem sido feita mobilizando um recurso cognitivo (a racionalidade penal moderna) que acabava reforçando um conceito de punição essencialmente hostil.

Na parte empírica desse trabalho, verificamos, por sua vez, que o reconhecimento da ilegalidade da aplicação de ofício de medidas de segurança em sede de apelação quando apenas a defesa houvesse apelado deu-se em um período anterior à emergência da reforma psiquiátrica brasileira. Essa constatação nos obriga a ter a cautela de não associar automaticamente a aplicação de garantias penais - que não estão asseguradas expressamente no regramento do instituto - às medidas de segurança às demandas da reforma psiquiátrica.

Verificamos também, a partir da análise dos acórdãos que foram selecionados, que tal como a literatura especializada, argumentos próprios da racionalidade penal moderna possuíram um papel importante para o STF para a aplicação de garantias penais ao instituto das medidas de segurança que não estavam expressamente previstas em seu regramento.

A racionalidade penal moderna, todavia, é um obstáculo para a concepção e implementação de um Sistema de Direito Criminal que não seja predominantemente hostil e excludente. Essas características, por sua vez, são notoriamente contrastantes com o novo modelo de assistência em saúde mental propagado pela reforma psiquiátrica. Talvez por isso vemos despontar entendimentos da literatura jurídica especializada que passa a defender a criação de um sistema de responsabilização do indivíduo portador de transtorno mental fora do direito penal. A existência de uma responsabilização dentro do Sistema de Direito Criminal que não seja orientada pelo punitivismo, que não seja hostil e excludente ainda se mostra, pois, “incômoda” porque não condizente com sua lógica reinante.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Francis Moraes de. **Heranças perigosas: arqueogenealogia da “periculosidade” na legislação penal brasileira**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2005 –Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- Alvarez, Marcos C. **Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e nova escola penal no Brasil**. São Paulo: IBCCRIM, 2003.
- ALVIM, Rui Carlos Machado. **Uma pequena história das medidas de segurança: a trajetória da preventividade especial no direito penal (do primitivo banimento à concepção das medidas de segurança)**. São Paulo: IBCCRIM, 1997.
- AMARANTE, Paulo. A clínica e a Reforma Psiquiátrica. In: SCLIAR, Moacyr et al. (Org.). **Archivos de saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003. p. 45-65.
- AMARANTE, Paulo. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- AMARANTE, Paulo. Reforma Psiquiátrica e Epistemologia. **Cad. Bras. Saúde Mental**, v. 1, n.1, jan-abr. 2009.
- AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- ANCEL, Marc. **Responsabilité et défense sociale. Revue de Science Criminelle et de Droit Pénal Comparé**, Paris, n. 1, p. 179-184., jan./mar. 1959.
- ANCEL, Marc. **La peine dans le droit classique et selon les doctrines de la défense sociale**. Revue de Science Criminelle et de Droit Pénal Comparé, Paris, n. 1, p. 190-195., jan./mar. 1973.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. 3ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

ANTUNES, Maria João. **Medida de segurança de internamento e facto de inimputável em razão de anomalia psíquica**. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

ANTUNES, Maria João. O passado, o presente e o futuro do internamento de inimputável em razão de anomalia psíquica. **Revista Portuguesa de Ciência Criminal**, Coimbra, v. 13, n. 3, jul./set. 2003, p.347-363.

ARAÚJO, Fábio Roque da Silva. **Prazos (mínimo e máximo) das medidas de segurança**. 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11119/prazos-minimo-e-maximo-das-medidas-de-seguranca>. Acesso em: abr. de 2017.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. 1.ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARREIRO, Agustín Jorge. A crise actual do dualismo no estado social e democrático de direito. **Revista Portuguesa de Ciência Criminal**, Coimbra, v. 11, n. 4, out./dez. 2001, p.527-601.

BARREIRO, Agustín Jorge. El enfermo mental delincuente y peligroso ante el CP de 1995. **Revista de Derecho Penal y Criminología**, Madrid, 2ª época, n. 6, jul. 2000 p.177-222.

BARROS, Fernanda Otoni. A saúde mental na atenção ao louco infrator. In. CAMPOS, Florianita Braga; LANCETTI, Antonio (Org.). **Coleção Saúde Loucura n.9**. São Paulo: Hucitec, 2010.

BARROS-BRISSET, Fernanda Otoni de. **Por uma política de atenção integral ao louco infrator** / Fernanda Oton de Barros-Brisset. - Belo Horizonte: Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 2010.

BARROS, Sônia and SALLES, Mariana. **Gestão da atenção à saúde mental no Sistema Único de Saúde**. Rev. esc. enferm. USP [online]. 2011, vol.45, n.spe2, pp.1780-1785.

BECCARIA, C. **Dos Delitos e das Penas**. 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

BEM, Leonardo Schmitt de; MARTINELLI, João Paulo Orsini. A lei de reforma psiquiátrica - uma promessa ainda distante da realidade. **Revista Síntese de direito penal e processual penal**, Porto Alegre, v. 17, n. 97, abr./mai. 2016, p.09-23.

BERTOLETE, José M. Legislação Relativa à Saúde Mental: Revisão de Algumas Experiências Internacionais. **Revista Saúde Pública**. 29(2). 152.6, 1995. Disponível em:

<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/15296-15297-1-PB.pdf..> Acesso em: jan de 2017.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte geral. 15 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010

BORELLI, Rafael de Souza. O limite máximo da medida de segurança. **REVISTA DE DIREITO PÚBLICO**, LONDRINA, V. 6, N. 3, P. 53-77, OUT/DEZ. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/viewFile/8219/9069>. Acesso em: abr. de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. SAS/DAPES. Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. **Saúde Mental em Dados** – 12, Ano 10, nº 12, outubro de 2015. Brasília, 2015. Informativo eletrônico de dados sobre a Política Nacional de Saúde Mental. 48p. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs/saudemental. Acesso em: mar. de 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS**: os centros de atenção psicossocial / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental : 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde/Ministério da Justiça. **Seminário Nacional para Reorientação dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico**: Relatório Final. Brasília, setembro de 2002.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 28.635** , julgado em 10 de abril de 1944. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em : mar. de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus nº 30.260** , julgado em 26 de maio de 1948. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em : mar. de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus n° 30.335*, julgado em 16 de junho de 1948. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em : mar. de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus n° HC 32929*, julgado em 7 de abril de 1954. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em : mar. de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus n° 34.742*, julgado em 10 de abril de 1957. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em : mar. de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus n° 43969*, julgado em 27 de abril de 1967. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em : mar. de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus n° 62.353*, julgado em 6 de novembro de 1984. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em : mar. de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus n° 69.568*, julgado em outubro de 1992. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em : mar. de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus n° 72.868*, julgado em agosto de 1995. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em : mar. de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus n° 74.042*, julgado em março de 1997. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em : mar. de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus n° HC 74.874*, julgado em 10 de junho de 1997. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em : mar. de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal *Habeas Corpus n° 75.238*, julgado em setembro de 1997. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em : mar. de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal . *Habeas Corpus n° 84.219*, julgado em 2005. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em : mar. de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário n°20.612*, julgado em 10 de junho de 1952. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em : mar. de 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário n° 55329*, julgado em 21 de agosto de 1964. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>. Acesso em : mar. de 2017.

CAMPENHOUDT, Luc Van; QUIVY, Raymond. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. 4 ed. Lisboa: Editora Guilherme Valente, 2005.

CARRARA, Sérgio. **Crime e loucura** – o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CARRARA, Sérgio; FRY, Peter. As vicissitudes do liberalismo no Direito Penal brasileiro. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, n.2, p.48-54, 1986. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_02/rbcs02_05.htm . Acesso em.: 18 ago. 2015.

CARVALHO, Salo de. **Anti Manual de Criminologia**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

CARVALHO, Salo. **Como NÃO se faz um trabalho de conclusão de curso**. 3ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CARVALHO, Salo de. **Penas e medidas de segurança no direito penal brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, Salo de; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. A punição do sofrimento psíquico no Brasil: reflexões sobre os impactos da reforma psiquiátrica no sistema de responsabilização penal. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 11, n. 48, jan./mar. 2013, p. 55-90.

CARVALHO, Salo de; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil. **Sofrimento e clausura no Brasil contemporâneo: estudos críticos sobre fundamentos e alternativas às penas e medidas de segurança**. Empório do Direito, 2017.

CEREZO Mir, José. **Derecho Penal**: parte geral. Ed. Brasileira, 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 8, Brasília, 1987. I Conferência Nacional de Saúde Mental: relatório final. Conferência Nacional de Saúde. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1988. Disponível em: http://www.abrasme.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3702 . Acesso em: abr. de 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL (2. : Brasília : 1992) Relatório final da 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, Departamento de Assistência e Promoção à Saúde, Coordenação de Saúde Mental, 1994.

CORREIA, Ludmila Cerqueira; LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira and ALVES, Vânia Sampaio. Direitos das pessoas com transtorno mental autoras de delitos. **Cad. Saúde Pública** [online]. 2007, vol.23, n.9, pp.1995-2002.

DIAS, Jorque de Figueiredo. **Questões fundamentais do direito penal revisitadas**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999

DINIZ, Débora. **A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil: censo 2011**. Brasília: LetrasLivres: Editora Universidade de Brasília, 2013.

DOTTI, René Ariel. Penas e medidas de segurança no anteprojeto de código penal. **Revista de Direito Penal**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 46-69., jul./dez. 1981.

DOTTI, René Ariel. **Código Penal de 1940; Lei das Contravenções Penais; Legislação de Reforma; Legislação Complementar. Apêndice.** 8ª ed. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

DUBÉ, R. ; PIRES, Álvaro P. A REFUNDAÇÃO DA SOCIEDADE MODERNA. Tradução de Luís Cláudio Almeida Santos. **TOMO.** São Cristóvão-SE, n.17, jul./ dez. 2010, p.15-37.

DUBÉ, R.; GARCIA, M. ET MACHADO, M.. **La rationalité pénale moderne: réflexions théoriques et explorations empiriques.** Ottawa: Les Presses de l'Université d'Ottawa, 2013.

FACCINI NETO, Orlando. Atualidades sobre as medidas de segurança, 2005. **Atualidades sobre as medidas de segurança.** Disponível em: <http://201.23.85.222/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=142332>. Acesso em: jun 2015.

FEITOSA, Isabela Britto. **A APLICAÇÃO DA MEDIDA DE SEGURANÇA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO.** 2011. Disponível em:https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5982. Acesso em : fev. de 2016

FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, sujos e malvados sob medida:** do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-19450). Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FERRAJOLI, Luigi. **DIREITO E RAZÃO:** teoria do garantismo penal. Tradução de Ana Paula Zomer Sica, Fauzi Hassan Choukr, Juarez Tavares, Luiz Flávio Gomes. 3 ed. rev. São Paulo:Editora Revista dos Tribunais,2010.

FERRARI, Eduardo Reale. **Medidas de segurança e direito penal no Estado Democrático de Direito.** São Paulo: RT, 2001.

FERRARI, Eduardo Reale. Medidas de segurança e o decreto de indulto: a esperança venceu o medo. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 16, n. 195, p.5, fev. 2009.

FERRARI, Eduardo Reale. Os prazos de duração das medidas de segurança e o ordenamento penal português. **Revista dos Tribunais**, São paulo, ano 83,v.701, mar.1994.

FIRMO, Anibal Bruno de Oliveira. **Medida de segurança**. Rio de Janeiro: EDITORA RIO, 1977.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Reformas Jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005.

FOUCAULT, Michel. About the concept of the ‘dangerous individual’ in 19th-century legal psychiatry . **International Journal of Law and Psychiatry**, vol. 1, p. 1-18, 1978.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais** . São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

FRAGOSO, Heleno Claudio. **Lições de Direito Penal**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1985.

FRAGOSO, Heleno Claudio. **Penas e Medidas de Segurança no Novo Código**. Rio de Janeiro, 1985.

FREITAS, Ana Clelia de. **Medida de segurança: princípios e aplicação**. 2014. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8536/Medida-de-seguranca-principios-e-aplicacao>. Acesso em: set. de 2017.

GARCIA, M. Novos horizontes epistemológicos para a pesquisa empírica em direito: “Descentrar o Sujeito, “Entrevistar” o sistema, e Dessubstancializar as Categorias Jurídicas” , **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, vol. 1, n. 1, jan.2014, p.182-209.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

GARÓFALO, Raffaele. **La criminología: estudio sobre el delito y la teoría de la represión**. Buenos Aires: B de F, 2014

GENELHÚ, Ricardo. **O médico e o direito penal, v.1** :introdução histórico-criminológica. Rio de Janeiro: Revan,2012.

GOMES, Luiz Flávio. Duração das medidas de segurança. **Revista dos Tribunais**, São Paulo,n.663,p.257-267, jan. 1991.

GOMES, Luiz Flávio. Medidas de segurança e seus limites. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 1, n. 2, abr./jun. 1993, p.64-72.

GONÇALVES, Renata Weber. **A medida de segurança**: elementos para interpretação da contenção por tempo indeterminado dos loucos infratores no Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília: Brasília, 2008.

GOULART, Maria Stella Brandão. Os 30 anos da —Lei Basagliani: aniversário de uma luta . **Mnemosine** Vol.4, nº1, p. 2-15 (2008). Disponível em: <http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/131>. Acesso em: nov. de 2015.

JACOBINA, Paulo Vasconcelos. Direito Penal da loucura: medida de segurança e Reforma Psiquiátrica. **Revista de Direito Sanitário**, v. 5, n. 1, p.67-85, março de 2004.

LEAL, Magnólia. **Medidas de Segurança e a Possibilidade de Segregação Perpétua do Indivíduo**. 2013. Disponível em: <https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=2922>. Acesso em: mar. de 2017.

Luhmann, Niklas. **Theories of distinction**: redescribing the descriptions of modernity. Stanford: Stanford University Press, 2002.

MACHADO, Maira Rocha et al. Análise das justificativas para a produção de normas penais. **Pensando o direito**, n. 32. Brasília: Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, 2010.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. **Danação da norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MARCHEWKA, Tânia Maria Nava. As contradições das medidas de segurança no contexto do direito penal e da reforma psiquiátrica no Brasil. **Ciências Penais**: Revista da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais, São Paulo, v. 1, n. 0, p.175-189, jan./jun. 2004

MATSUDA, Fernanda Emy . **A medida da maldade** : periculosidade e controle social no Brasil . Tese de mestrado. Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2009.

MILLS, C. W. . Situated actions and vocabularies of motive. **American Sociological Review**, 5(6), 1940, p. 904–913. Disponível em: <http://pubpages.unh.edu/~jds/Mills%201940.htm> . Acesso em: mar. de 2016.

MARQUES, José Frederico. **Tratado de Direito Penal**. V 1. 2ª Ed. Saraiva. 1964.

MATTOS, Virgílio de. **Crime e psiquiatria**: uma saída: preliminares para a desconstrução das medidas de segurança. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

MENDONÇA, Maura Jorge Bordalo; CASTRO, Clara. **INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL DA INDETERMINAÇÃO TEMPORAL DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA**. 2015. Disponível em : <http://www.webartigos.com/artigos/interpretacao-constitucional-da-indeterminacao-temporal-das-medidas-de-seguranca/135081#ixzz4xf8ltPKl>. Acesso em: out. de 2016

MINKOWITZ, Tina. **The United Nations Convention on the Rights of Persons with Disabilities and the Right to Be Free from Nonconsensual Psychiatric Interventions** (April 21, 2007). Syracuse Journal of International Law and Commerce, Vol. 34, No. 2, Spring 2007. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1481512>. Acesso em: jan. 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Implementação da Reforma Psiquiátrica na execução das medidas de segurança**. 2009. Disponível em: <http://www.mp.go.gov.br/porta/web/hp/2/docs/cartilhadopaiilli.pdf>>. Acesso em: ago. de 2015.

MIRABETE, Julio Fabrini. **Manual de Direito Penal – parte geral**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MOYSÉS, Manoela Flores. **A limitação temporal das medidas de segurança**. 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67302/000872234.pdf?sequence=1>. Acesso em: jan. 2016.

NOGUEIRA, J. C. Ataliba. **Medidas de segurança**. São Paulo: Saraiva e Cia, 1937.

NORONHA, Edgard Magalhães. **Direito Penal**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 1977.

OLMO, Rosa del. **A América Latina e Sua Criminologia**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.

PASSOS, Paulo Roberto da Silva. **Algumas considerações críticas ao movimento da nova defesa social**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 148-160., abr./jun. 1994.

PENTEADO, Jaques de Camargo. **Nova proposta de aplicação de medida de segurança para os inimputáveis**. Boletim IBCCRIM, São Paulo, n. 58, p. 10., set. 1997.

PEREIRA, Rosemary Corrêa. Políticas de Saúde Mental no Brasil: **O processo de formulação da Lei da Reforma Psiquiátrica 10.216/01**. Rio de Janeiro, 2004. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://thesis.icict.fiocruz.br/pdf/pereirarcld.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

PEREIRA, Sarah Caroline de Deus. Reforma psiquiátrica versus sistema de justiça criminal: a luta pela efetividade dos direitos humanos ao louco infrator. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, v. 16, n. 23, jan./jul. 2012, p.311-328.

PERES, M. F. T.; NERY FILHO, A. 'A doença mental no direito penal brasileiro: inimputabilidade, irresponsabilidade, periculosidade e medida de segurança'. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, Rio de Janeiro, vol. 9(2), maio-ago. 2002, p.335-355.

PERIPOLLI, Gustavo Nunes. **O LIMITE TEMPORAL DA MEDIDA DE SEGURANÇA NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/11482/O%20LIMITE%20TEMPORAL%20DA%20MEDIDA%20DE%20SEGURAN%C3%87A%20NO%20ESTADO%20DEMOCR%C3%81TICO%20DE%20DIREITO%20-%20GUSTAVO%20NUNES%20PERIPOLLI.pdf?sequence=1>. Acesso em: jan. de 2016.

PIERANGELI, José Henrique. **Códigos Penais do Brasil: evolução histórica**. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais. 2004.

PIRES, Alvaro P. Aspects, traces et parcours de la rationalité pénale moderne. In: Debuyst, C., Digneffe, F., Pires, A. P. (Eds.), **Histoire des savoirs sur le crime & la peine 2**. La rationalité pénale et la naissance de la criminologie. Bruxelas: De Boeck Université, 1998.

PIRES, Alvaro P.. La línea maginot en el derecho penal: la protección contra el crimen versus la protección contra el príncipe. **Nueva Doctrina Penal**, Buenos Aires, A, 2001, p.71-96.

PIRES, Álvaro P.. Racionalidade penal moderna, o Público e os Direitos Humanos. **Novos Estudos**, número 68. São Paulo: CEBRAP, 2004, p. 39 - 60.

PIRES, Álvaro P. ; CAUCHIE, Jean-François. Um caso de inovação “acidental” em matéria de penas: a lei brasileira de drogas.Tradução de José Roberto Xavier. **Revista Direito GV número 13**. Rio de Janeiro: Fundação Getpúlio Vargas, 2011, p. 299-329.

POSSAS, Mariana T. Produção de leis criminais e racionalidade penal moderna: uma análise da distinção ‘conservador’ x ‘progressista’ no caso da criação da lei contra tortura no Brasil. **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. v. 8 , n 3 , jul/ago/set 2015, p. 473- 499.

POSSAS, Mariana T. **Système d’idées et création de lois criminelles** : le cas de la loi contre la torture au Brésil. Dissertação (Doutorado em Criminologia) 2009. Universidade de Ottawa, Ottawa, 2009.

PRADO, Alessandra Rapassi Mascarenhas. Adequação da legislação penal à Lei de Reforma Psiquiátrica: a internação como exceção.**Ciências Penais: Revista da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais**, São Paulo, v. 7, n. 13, jul./dez. 2010, p.87-118.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro, parte geral**: arts 1º a 120 . v. 1. 8 ed.São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de Direito Penal Brasileiro, parte geral**: v. 1. 12ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

RAUPP, Mariana Mendonça. **La réforme pénale de 1984 au Brésil** : Pourquoi est-il si difficile de réduire le recours à l’incarcération? Dissertação (Doutorado em Criminologia). 2015. Universidade de Ottawa, Ottawa, 2015.

RAUPP, Mariana Mendonça. La distinctio école classique/école positive et la rationalité pénal moderne: une réflexion à partir du regard des sciences sociales sur la reforme pénale de 1984 au Brésil. In: DUBÉ, R.; GARCIA, M. ET MACHADO, M.. **La rationalité pénale moderne: réflexions théoriques et explorations empiriques**. Ottawa: Les Presses de l'Université d'Ottawa, 2013, p.143 – 166.

REALE JÚNIOR, Miguel et. al. . **Penas e medidas de segurança no novo código**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1985.

REALE JÚNIOR, Miguel. **Instituições de direito penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

RODRIGUEZ, Víctor Gabriel. **Fundamentos de Direito Penal Brasileiro – Lei Penal e Teoria Geral do Crime**. São Paulo: Atlas, 2010.

ROESLER, Cláudia Rosane; LAGE, Leonardo Almeida. A argumentação do STF e do STJ acerca da periculosidade de agentes inimputáveis e semi-imputáveis. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 21, n. 104, set./out. 2013, p.347-390.

ROSSETI, Janora Rocha. Da prescrição das medidas de segurança. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 81, n. 679, p. 301–307, maio, 1992.

SÁ, Alvino Augusto de; ALVES, Jamil Chaim; ZIMMARO, Rafael Barone. Medidas de Segurança: necessárias reflexões pós-advento da Lei de Reforma Psiquiátrica (lei 10.216/2001). **Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais**- 249, agosto de 2013.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia Clínica e Execução Penal** : proposta de um modelo de terceira geração. 2ed. São Paulo, 2015.

SANTOS, Quintila Garcia. Medida de segurança: (in)compatibilidades no contexto da reforma psiquiátrica brasileira. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 40, ago. 2014, p.245-267.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 6ª ed. rev. e atual. São Paulo: RT, 2014.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús María. **El Nuevo Código Penal: Cinco Cuestiones Fundamentales**. Barcelona: José María Bosch, 1997. 198 p. (Biblioteca de derecho penal). ISBN 84-7698-432-4.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Comissão Organizadora da III CNSM. Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental. Brasília, 11 a 15 de dezembro de 2001. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2002, 213 p.

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Saúde mental – Intersetorial. Relatório Final

da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, 27 de junho a 1 de julho de 2010. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2010,210p.

SOUZA, José Alves de. **Limite temporal da medida de segurança**. Conteudo Juridico, Brasilia-DF: 10 maio 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.47923&seo=1>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

SOUZA, Moacyr Benedicto de. **O problema da unificação da pena e da medida de segurança**. São Paulo: J. Bushatsky,1979.

TEIXEIRA, Ana Carolina Silva. **O limite temporal no cumprimento da Medida de Segurança no âmbito do Direito Penal Brasileiro: uma análise da Doutrina e Jurisprudência dominante**. 2014.

VIEIRA, Vanderson Roberto. "Medidas de segurança" por tempo indeterminado (perpétuas): impossibilidade constitucional. In: PAULA, Marco Aurélio Borges de; MAGRINI, Rachel de Paula (Coord.). **Estudos de direito público**. Campo Grande: Cepejus, 2009, p.678-684.

XAVIER, José Roberto Franco. A opinião pública e o sistema de direito criminal: sobre as dificuldades de compreender essa relação complexa. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 23, n. 112, jan./fev. 2015, p.149-164.

Xavier, José Roberto Franco. **La réception de l'opinion publique par le système de droit criminel** . Dissertação (Doutorado em Criminologia). 2012. Universidade de Ottawa, Ottawa, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro** – parte geral. 10 ed. rev. atual. São paulo : RT, 2013.

ZAFFARONI, E. Raúl. **Manual de Direito Penal Brasileiro: parte geral**. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais.1997.

ZAFFARONI, E. Raúl. **O inimigo no Direito Penal**. 3 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

Zavataro, Bruno. **Acquittés juridiquement, condamnés scientifiquement** : dangerosité, justice pénale et expertise médico-psychiatrique au Brésil, l'état du Paraná. Dissertação (Mestrado em Criminologia) 2009. Universidade Livre de Bruxelas, Bruxelas, 2009.

ANEXO 1

(ana/acl) informação sobre a base de dados

Jurisprudência <jurisprudencia@stf.jus.br>

Mon 16/05/2016 17:26

To: 'Nathália M. Coscrato' <nathalia.coscrato@outlook.com>;

Sra. Nathalia,

Até o dia 16/12/2009, as decisões monocráticas disponibilizadas na base de pesquisa jurisprudência buscavam representar uma parcela do entendimento do STF sobre os muitos temas submetidos a apreciação da Corte. Essa seleção tinha um caráter subjetivo e contemplava, primordialmente, decisões com maior notoriedade.

A partir de 17/12/2009 adotou-se a prática de disponibilizar no Portal todos os julgados que foram marcados pelo prolator como “decisão” (não somente despacho). Essa alteração decorreu da necessidade de uma base de dados mais completa para o resgate de precedentes.

Por fim, destacamos que nessa base há decisões desde o início da década de 1990.

Atenciosamente,

Coordenadoria de Análise de Jurisprudência
Secretaria de Documentação

De: Nathália M. Coscrato [mailto:nathalia.coscrato@outlook.com]

Enviada em: terça-feira, 10 de maio de 2016 17:20

Para: Jurisprudência

Assunto: informação sobre a base de dados

Boa tarde,

Meu nome é Nathália de Moraes Coscrato, faço uma pesquisa de mestrado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e estou utilizando a base de dados que consta no site do STF. Notei, todavia, que há na página para fazer a pesquisa de jurisprudência a informações de que a base contém apenas decisões selecionadas. Gostaria de saber quais os critérios vocês utilizam para selecionar as decisões que são disponibilizadas na base ou se essa seleção se dá de uma forma puramente aleatória. Existe algum regulamento sobre isso? Ou algum documento que conte a história dessa base de dados, quando ela foi criada, as transformações pelas quais ela passou, os critérios e as mudanças de critérios para a disponibilização das decisões?

Obrigada por sua atenção,

Nathália de Moraes Coscrato.

Mestranda pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo pelo Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia.

ANEXO 2

Secretaria de Documentação
Coordenadoria de Análise de Jurisprudência
Seção de Pesquisa de Jurisprudência

Conhecendo o espelho do acórdão e a pesquisa de jurisprudência

A pesquisa de jurisprudência no Portal do STF é realizada no espelho do acórdão, que consiste em um documento no qual são consolidados dados de identificação e de publicação, ementa e decisão, bem como indexação, doutrina, legislação e precedentes citados, além de outras informações relevantes para o resgate dos julgados. Alguns desses campos são obtidos mediante a análise e o tratamento de informações contidas no relatório e nos votos. Isso é de grande importância para a pesquisa de jurisprudência, considerando-se que a ferramenta de busca não abrange o inteiro teor dos acórdãos.

Conheça os campos que compõem o espelho do acórdão

Parte(s)

RECTE.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 RECD.(A/S) : XXXXXXXX
 ADV.(A/S) : XXXXXXXX

PARTES DO PROCESSO	DO
Campo com identificação das partes e dos advogados.	–

Ementa

EMENTA – Este campo contém o texto integral da ementa, conforme elaborado pelo Relator ou pelo Redator para acórdão.

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. ART. 37, INC. XI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, ALTERADO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 41/2003. A BASE DE CÁLCULO PARA A INCIDÊNCIA DO TETO REMUNERATÓRIO PREVISTO NO ART. 37, INC. IX, DA CONSTITUIÇÃO É A RENDA BRUTA DO SERVIDOR PÚBLICO PORQUE: A) POR DEFINIÇÃO A REMUNERAÇÃO/PROVENTOS CORRESPONDEM AO VALOR INTEGRAL/BRUTO RECEBIDO PELO SERVIDOR; B) O VALOR DO TETO CONSIDERADO COMO LIMITE REMUNERATÓRIO É O VALOR BRUTO/INTEGRAL RECEBIDO PELO AGENTE POLÍTICO REFERÊNCIA NA UNIDADE FEDERATIVA (PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE). A ADOÇÃO DE BASE DE CÁLCULO CORRESPONDENTE À REMUNERAÇÃO/PROVENTOS DO SERVIDOR PÚBLICO ANTES DO DESCONTO DO IMPOSTO DE RENDA E DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS CONTRARIA O FUNDAMENTO DO SISTEMA REMUNERATÓRIO INSTITUÍDO NO SISTEMA CONSTITUCIONAL VIGENTE. RECURSO AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

Decisão

DECISÃO – Este campo contém a decisão do julgamento.

O Tribunal, apreciando o tema 639 da repercussão geral, por unanimidade e nos termos do voto da Relatora, negou provimento ao recurso extraordinário, fixando-se a tese de que, subtraído o montante que exceder o teto e o subteto previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição, tem-se o valor para base de cálculo para a incidência do imposto de renda e da contribuição previdenciária. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. (...)

Tema

TEMA DA REPERCUSSÃO GERAL – Expressa o assunto, a questão jurídica em discussão no âmbito da Repercussão Geral.

639 - Recurso extraordinário em que se discute — à luz do art. 37, XI, da Constituição da República, alterado pela Emenda Constitucional 41/2003 — a possibilidade de aplicação do limite constitucional remuneratório (abate teto) sobre o valor líquido dos vencimentos/proventos de servidores públicos, ou seja, após o desconto do imposto de renda, de contribuições previdenciárias e demais deduções legais.

Tese

TESE DA REPERCUSSÃO GERAL – Indica a tese jurídica definida no âmbito da Repercussão Geral, no Controle Concentrado ou em outros processos, quando expressa na decisão do acórdão, ou excepcionalmente, no caso da Repercussão Geral, das teses aprovadas nos termos do item 2 da Ata da 12ª Sessão Administrativa do STF, realizada em 09/12/2015.

Subtraído o montante que exceder o teto e o subteto previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição, tem-se o valor para base de cálculo para a incidência do imposto de renda e da contribuição previdenciária.
 (...)

Indexação

INDEXAÇÃO – A indexação consiste na representação do conteúdo do julgado com o uso de linguagem controlada*, para que o pesquisador possa recuperá-lo pelo espelho do acórdão. Com frequência a indexação se restringe à expressão “VIDE EMENTA”. Isso ocorre quando todo o entendimento do órgão julgador foi esboçado na ementa. Em outras hipóteses, a indexação retrata, mediante o uso de palavras-chave, os assuntos apresentados no inteiro teor do acórdão (votos e debates).

- FIXAÇÃO, BASE DE CÁLCULO, IMPOSTO DE RENDA (IR), CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, VALOR, SUPERIORIDADE, TETO REMUNERATÓRIO, APLICAÇÃO, SERVIDOR PÚBLICO, OFENSA, PRINCÍPIO DA ISONOMIA, MOTIVO, MINISTRO, SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), PAGAMENTO, IMPOSTO DE RENDA (IR), CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, VALOR INTEGRAL, SUBSÍDIO, OBSERVÂNCIA, TETO REMUNERATÓRIO; OFENSA, PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, MOTIVO, TETO REMUNERATÓRIO, CARACTERIZAÇÃO, LIMITAÇÃO DO PODER DE TRIBUTAR; OFENSA, PRINCÍPIO DA MORAIDADE.

Legislação

LEGISLAÇÃO – Neste campo, são catalogados todos os atos normativos citados nos votos do acórdão. Visa a possibilitar pesquisas que utilizem como critério dispositivos constitucionais e infraconstitucionais.

LEG-FED CF ANO-1988
ART-00037 INC-00011 REDAÇÃO DADA PELA EMC-41/2003
CF-1988 CONSTITUIÇÃO FEDERAL
LEG-FED EMC-000041 ANO-2003
EMENDA CONSTITUCIONAL

Observação

OBSERVAÇÃO – Neste campo, estão registradas informações importantes para a identificação do acórdão e de interesse do pesquisador. Aqui são indicados precedentes citados pelos Ministros (agrupados por matéria com uma breve indicação do assunto); decisões judiciais e administrativas de outros órgãos, as quais tenham maior relevância; legislação e decisões estrangeiras citadas; termos de resgate; apelidos atribuídos a casos notórios; outras informações importantes atinentes ao julgado (acolhimento de embargos de declaração com efeitos modificativos, etc.).

- Acórdão(s) citado(s):
(AUTOAPLICABILIDADE, TETO REMUNERATÓRIO)
SS 2542 AgR (TP), RE 372369 AgR (2ªT), RE 477447 AgR (2ªT),
RE 560067 AgR (1ªT), RE 609381 (TP).
(TETO REMUNERATÓRIO)
(...)

Doutrina

DOCTRINA – Este campo indica toda a bibliografia, inclusive os artigos científicos e os periódicos citados pelos Ministros no julgado.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p. 754.
(...)

Acórdãos no mesmo sentido

ACÓRDÃOS NO MESMO SENTIDO (Sucessivos) – são acórdãos agrupados na base de pesquisa de jurisprudência em função da identidade da tese jurídica apreciada. Os acórdãos cadastrados nesse campo expressam o mesmo entendimento do acórdão principal.

ANEXO 3

(mb)solicitação de informações

Jurisprudência <jurisprudencia@stf.jus.br>

Mon 11/12/2017 19:18

Deleted Items

To: Nathália M. Coscrato <nathalia.coscrato@outlook.com>;

2 attachments (408 KB)

ComoPesquisar2017.pdf; ConheçaPesquisa2017.pdf;

Prezada Nathália,

Destacamos que a busca de jurisprudência é realizada no espelho do acórdão. Assim, o campo Pesquisa Livre permite o uso de qualquer termo para buscas nos espelhos no Banco de Jurisprudência.

O espelho do acórdão consiste em um documento no qual são cadastrados em campos específicos os dados de identificação e de publicação do acórdão, a ementa e a decisão, bem como a indexação, a doutrina, a legislação e os precedentes citados, além de outras informações relevantes para o resgate dos julgados. Alguns desses campos são obtidos mediante a análise e o tratamento de informações contidas no relatório e nos votos, o que é de grande importância para a pesquisa de jurisprudência, considerando que a ferramenta de busca não abrange o inteiro teor dos acórdãos.

As ementas dos acórdãos são elaboradas pelo Relator ou pelo Redator para acórdão. Quanto ao tratamento de dados dos acórdãos para disponibilização na base de jurisprudência, destacamos que ele é realizado no âmbito desta Coordenadoria.

A **indexação** consiste na representação do conteúdo do julgado com o uso de linguagem controlada, para que o pesquisador possa recuperá-lo pelo espelho do acórdão. Atualmente a indexação é realizada com os termos do tesouro, que consiste numa ferramenta de controle terminológico cujo objetivo é a padronização da informação. Com frequência a indexação se restringe à expressão “VIDE EMENTA”. Isso ocorre quando todo o entendimento do órgão julgador foi esboçado na ementa.

No **campo legislação** são catalogados todos os atos normativos citados nos votos do acórdão. Visa a possibilitar pesquisas que utilizem como critério dispositivos constitucionais e infraconstitucionais.

No **campo doutrina** é indicada toda a bibliografia, inclusive os artigos científicos e os periódicos citados pelos Ministros.

No **campo observação** estão registradas informações importantes para a identificação do acórdão e de interesse do pesquisador. Aqui são indicados temas da repercussão geral; precedentes citados pelos Ministros (atualmente agrupados por matéria com uma breve indicação do assunto para auxiliar o pesquisador); decisões judiciais e administrativas de outros órgãos, as quais tenham maior relevância; legislação e decisões estrangeiras citadas; termos de resgate; apelidos atribuídos a casos notórios; outras informações importantes atinentes ao julgado (acolhimento de embargos de declaração com efeitos modificativos, etc.).

No anexo, encaminhamos dois tutoriais que dispõem sobre as ferramentas da página de pesquisa de jurisprudência.

Atenciosamente,

Seção de Pesquisa de Jurisprudência
Coordenadoria de Análise de Jurisprudência
Secretaria de Documentação

De: Nathália M. Coscrato [mailto:nathalia.coscrato@outlook.com]

Enviada em: segunda-feira, 11 de dezembro de 2017 15:17

Para: Jurisprudência

Assunto: solicitação de informações

Boa tarde,

Meu nome é Nathália de Moraes Coscrato, faço uma pesquisa de mestrado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e estou utilizando a base de dados que consta no site do STF. Tenho uma dúvida que surgiu a partir da minha coleta de acórdãos presentes no site do STF. Gostaria, pois, de saber como são feitas a busca e a seleção dos acórdãos na parte destinada à "pesquisa livre".

A minha dúvida surgiu porque, ao digitar na ala "pesquisa livre" a palavra que me interessava, percebi que foram selecionados acórdãos em que a palavra constava ou na ementa, ou na indexação, ou, ainda, em qualquer informação presente nesses "espelhos" dos acórdãos que são disponibilizados quando selecionamos a opção ACÓRDÃOS após digitar a palavra de nosso interesse na "pesquisa livre". Fiquei particularmente curiosa porque em algumas situações a palavra do meu interesse apareceu apenas nas "informações adicionais" presentes nesses espelhos (um exemplo de informação adicional seria o título de algum livro citado por um ministro em seu voto).

Enfim, como o programa que seleciona os acórdãos funciona? Qual é o critério que o programa utiliza para selecionar os acórdãos?

Pela minha experiência utilizando a base de dados do portal do STF, tenho a hipótese de que são selecionados todos os acórdãos em que a palavra digitada na ala "pesquisa livre" apareça em qualquer informação constante nesse "espelho" dos acórdãos. A minha hipótese é verdadeira? É isso mesmo que ocorre?

Outra pergunta, quais são as informações que devem necessariamente constar nesses espelhos dos acórdãos? Por exemplo, os títulos dos livros citados devem necessariamente constar nesses espelhos?

Obrigada por sua atenção.

Atenciosamente,

Nathália de Moraes Coscrato.

Mestranda pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo pelo Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia.